

Aula 14

*Banco do Brasil (Escriturário - Agente de
Tecnologia) Passo Estratégico de
Conhecimentos Bancários - 2023
(Pós-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

05 de Fevereiro de 2023

Índice

1) Simulado Garantias SFN e Lavagem de Dinheiro	3
2) Simulado Garantias SFN e Lavagem de Dinheiro - Gabarito	11
3) Simulado Garantias SFN e Lavagem de Dinheiro - Comentado	12



SIMULADO

1) No que diz respeito ao aval e à fiança, assinale a alternativa correta.

- a) Em qualquer caso, o aval pode ser total ou parcial.
- b) O aval é autônomo, ou seja, a obrigação do avalista independe da obrigação do avalizado.
- c) A fiança não pode ser estipulada sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) A fiança é autônoma, de forma que se não puder ser executada sobre o devedor, poderá ser sobre o fiador.
- e) O contrato de fiança pode ser estabelecido por tempo indeterminado.

2) O Sr. Devanilson emitiu um título de crédito em favor do Sr. Credilson, tendo o Sr. Avanilson assinado como avalista. No momento do pagamento, o Sr. Devanilson não tinha recursos para quitá-la, tendo o Sr. Avanilson efetuado a quitação do valor. Nesse caso:

- a) A dívida poderá ser cobrada do Sr. Avanilson, o qual terá direito de regresso e poderá cobrá-la do Sr. Devanilson.
- b) A dívida poderá ser cobrada do Sr. Avanilson, extinguindo-se após o pagamento, sem que o Sr. Avanilson possa cobrá-la do Sr. Devanilson.
- c) 50% da dívida será paga pelo Sr. Avanilson e quanto aos 50% restantes o Sr. Devanilson ficará em situação de inadimplência.
- d) A dívida somente poderá ser cobrada do Sr. Avanilson em caso de falecimento do Sr. Devanilson.
- e) Poderá ser constituído novo título em favor do Sr. Credilson, o qual terá o Sr. Avanilson como devedor, com novas condições pactuadas entre as partes.



3) É permitida a concessão de carta de fiança:

- a) Sem data de vencimento.
- b) Em moeda estrangeira, independentemente de a operação ser destinada a comércio interno ou exterior.
- c) Vinculada à aquisição de terreno destinado a uso próprio.
- d) A diretores do banco.
- e) A pessoas físicas que detenham mais de 10% do capital do banco.

4) Acerca do penhor mercantil, assinale a alternativa correta.

- a) É aplicável a bens móveis e imóveis.
- b) É considerado uma garantia pessoal.
- c) Independentemente de a venda do bem ser suficiente para a quitação da dívida, tão logo o bem seja alienado, é liquidada a obrigação do devedor.
- d) As coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guardar e conservar.
- e) O Código Civil veda o penhor de animais.

5) Assinale a alternativa incorreta a respeito da hipoteca.

- a) A hipoteca abrange todas as acessões, melhoramentos ou construção do imóvel.
- b) Na hipoteca, em caso de inadimplência, a execução da garantia demanda ação judicial.
- c) A hipoteca pode prever cláusula que proíba a alienação do imóvel hipotecado.
- d) É possível hipotecar bens móveis, como navios e aeronaves.
- e) É possível que sejam hipotecados bens de propriedade de terceiros.

6) Assinale a alternativa incorreta a respeito da alienação fiduciária.

- a) Tem execução mais lenta do que a hipoteca.
- b) Enquanto servir de garantia para a operação, a propriedade do bem é de titularidade do credor.



- c) A propriedade do imóvel é resolúvel, pois já nasce com data de encerramento.
- d) Não exige ação judicial para a execução da garantia.
- e) Se a venda de um bem alienado fiduciariamente não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. Todavia, havendo sobra, o saldo será entregue ao devedor.

7) Suponha que na alienação fiduciária de um bem imóvel o fiduciante não tenha pago a dívida, a qual tenha se constituído em mora, tendo sido consolidada a propriedade e nome do fiduciário. O valor de avaliação do imóvel é de R\$ 450 mil, e o valor total da dívida e demais despesas de R\$ 350 mil. Foi realizado um primeiro leilão em que não houve sucesso. Posteriormente, no segundo leilão, o imóvel foi arrematado por R\$ 300 mil. Nesse caso:

- a) O fiduciário continuará obrigado ao pagamento dos R\$ 50 mil restantes.
- b) O arrematante deverá pagar os R\$ 50 mil restantes.
- c) A obrigação pelos R\$ 50 mil restantes será dividida entre o fiduciário e o arrematante.
- d) O fiduciário continuará obrigado ao pagamento dos R\$ 50 mil restantes, sendo o arrematante responsável solidário pela quitação.
- e) A dívida se extingue.

8) Assinale a alternativa incorreta a respeito do Fundo Garantidor de Crédito (FGC):

- a) É uma associação civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica de direito privado.
- b) Pode exercer funções públicas por delegação do Banco Central do Brasil.
- c) É normatizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Atualmente, garante em até R\$ 250.000,00 o valor total de créditos por pessoa física ou jurídica contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas ao mesmo conglomerado financeiro.
- e) O total de créditos de cada credor contra o conjunto de todas as instituições associadas será garantido até o valor de R\$ 1.000.000,00 para cada período de quatro anos consecutivos.



9) Assinale abaixo o título que possui garantia do Fundo Garantidor do Crédito (FGC):

- a) Títulos públicos federais
- b) Debêntures
- c) Cotas de fundos de investimento
- d) Depósitos judiciais
- e) Letras de câmbio

10) Assinale abaixo o ativo que não possui garantia do Fundo Garantidor do Crédito (FGC):

- a) Depósitos em poupança.
- b) Depósitos à vista.
- c) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).
- d) CDB's.
- e) Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

11) Assinale a alternativa que corresponde às três etapas da lavagem de dinheiro:

- a) Crime, recebimento de valores e integração ao sistema econômico.
- b) Colocação, ocultação e integração.
- c) Recebimento, investimento e saque.
- d) Corrupção, omissão das autoridades e inteligência financeira.
- e) Colocação, omissão e investimento.

12) Não incorre na mesma pena de quem comete crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores quem:

- a) Convertê-los em ativos lícitos para ocultar a sua origem proveniente de infração penal.
- b) Recebe valores provenientes de infração penal a fim de ocultar sua origem.
- c) Administra instituição financeira na qual são depositados os valores oriundos de infrações penais.



- d) Utiliza na sua atividade econômica bens provenientes de infração penal.
- e) Participa de escritório do qual tem conhecimento de que suas atividades secundárias estão relacionadas à ocultação de valores oriundos de infração penal.

13) São infrações penais antecedentes ao crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, exceto:

- a) Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.
- b) Terrorismo.
- c) Extorsão mediante sequestro.
- d) Corrupção.
- e) Atualmente não há exceção, podendo qualquer infração penal ser antecedente ao crime.

14) São sanções aplicáveis às instituições sujeitas aos mecanismos de controle previstos na Lei nº 9.613/98 que não cumpram as obrigações previstas na Lei, exceto:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Inabilitação temporária ao administrador para o cargo de administrador de empresas sujeitas aos mecanismos de controle.
- d) Intervenção judicial na empresa por meio de administrador designado.
- e) Cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

15) Assinale a alternativa correta a respeito da lavagem de dinheiro:

- a) Sujeitam-se aos mecanismos de controle previstos na Lei nº 9.613/98 apenas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- b) A pena será duplicada se os crimes forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- c) Para que uma pessoa possa ser condenada pelo crime de lavagem de dinheiro, ela deve ter sido condenada pela infração penal antecedente.



d) A Lei nº 9.613/98 prevê um rol taxativo de crimes antecedentes aos quais é aplicável a lavagem de dinheiro.

e) A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

16) O órgão que busca produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e tem entre as suas finalidades examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98, é o(a):

- a) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- b) Polícia Federal.
- c) Banco Central do Brasil.
- d) Controladoria Geral da União.
- e) Tribunal de Contas da União.

17) Nos termos da Circular nº 3.978/2020, a partir de qual valor os saques devem ser registrados com informações sobre o nome e o CPF ou o CNPJ do destinatário, o CPF do portador dos recursos e a finalidade do saque.

- a) R\$ 2.000
- b) R\$ 5.000
- c) R\$ 10.000
- d) R\$ 50.000
- e) R\$ 100.000



18) Suponha que ao verificar as contas abertas durante uma semana, o gerente de uma agência observa algo curioso. Foram abertas doze contas correntes para doze pessoas diferentes, todavia, todas elas possuíam o mesmo telefone para contato e o mesmo endereço, sendo que o titular de uma delas era ainda procurador de outras quatro dessas contas abertas. Notou-se ainda, que todas as contas receberam depósitos iniciais que variaram entre R\$ 9.000,00 e R\$ 9.900,00. Nos termos da Carta Circular nº 4.001/2021, a conduta supracitada caracteriza uma situação relacionada com:

- a) Identificação e qualificação dos clientes.
- b) Operações em espécie em moeda nacional.
- c) Operações de investimento interno.
- d) Operações de crédito no País.
- e) Pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas.

19) Nos termos da Carta Circular nº 4.001/2021, são operações relacionadas com operações em espécie em moeda nacional com a utilização de contas de depósitos ou de contas de pagamento, exceto:

- a) Depósitos e saques que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira.
- b) Incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil.
- c) Fragmentação de depósitos a fim de dissimular o valor total da movimentação.
- d) Depósitos em espécie em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo.
- e) Depósitos em espécie relevantes em contas de Pessoas Expostas Politicamente.



20) A autorregulação ocorre quando os próprios participantes do mercado instituem regras de conduta e fiscalizam a sua aplicação. No Brasil, qual é a instituição responsável pela autorregulação bancária?

- a) Banco Central do Brasil.
- b) Conselho Monetário Nacional.
- c) Anbima.
- d) Febraban.
- e) Sindicato dos Bancários.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. B | 11.B |
| 2. A | 12.C |
| 3. C | 13.E |
| 4. D | 14.D |
| 5. C | 15.E |
| 6. A | 16.A |
| 7. E | 17.D |
| 8. B | 18.A |
| 9. E | 19.B |
| 10.C | 20.D |



CORREÇÃO SIMULADO

1) No que diz respeito ao aval e à fiança, assinale a alternativa correta.

- a) Em qualquer caso, o aval pode ser total ou parcial.
- b) O aval é autônomo, ou seja, a obrigação do avalista independe da obrigação do avalizado.
- c) A fiança não pode ser estipulada sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) A fiança é autônoma, de forma que se não puder ser executada sobre o devedor, poderá ser sobre o fiador.
- e) O contrato de fiança pode ser estabelecido por tempo indeterminado.

Comentários:

Letra A - Errado. Em regra, é vedado o aval parcial, com exceção do cheque, da letra de câmbio e da nota promissória.

Letra B - Certo. De acordo com o Código Civil: *"Art. 899 §2º Subsiste a responsabilidade do avalista, ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma"*. Portanto, as obrigações são autônomas.

Letra C - Errado. A fiança pode ser estipulada mesmo sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.

Letra D - Errado. A fiança é uma obrigação acessória, que se não puder ser executada sobre o devedor, também não poderá ser sobre o fiador.

Letra E - Errado. Todo contrato de fiança deve ser estabelecido por tempo determinado.

Gabarito: B

2) O Sr. Devanilson emitiu um título de crédito em favor do Sr. Credilson, tendo o Sr. Avanilson assinado como avalista. No momento do pagamento, o Sr. Devanilson não tinha recursos para quitá-la, tendo o Sr. Avanilson efetuado a quitação do valor. Nesse caso:

- a) A dívida poderá ser cobrada do Sr. Avanilson, o qual terá direito de regresso e poderá cobrá-la do Sr. Devanilson.
- b) A dívida poderá ser cobrada do Sr. Avanilson, extinguindo-se após o pagamento, sem que o Sr. Avanilson possa cobrá-la do Sr. Devanilson.
- c) 50% da dívida será paga pelo Sr. Avanilson e quanto aos 50% restantes o Sr. Devanilson ficará em situação de inadimplência.



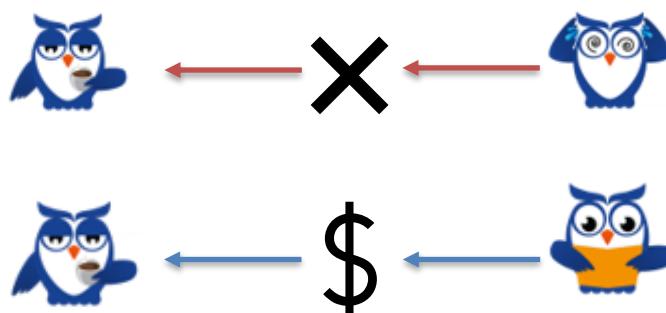
- d) A dívida somente poderá ser cobrada do Sr. Avanilson em caso de falecimento do Sr. Devanilson.
- e) Poderá ser constituído novo título em favor do Sr. Credilson, o qual terá o Sr. Avanilson como devedor, com novas condições pactuadas entre as partes.

Comentários:

Lembre-se do esquema que fizemos em aula:



Se no momento da cobrança o devedor não puder fazer o pagamento, quem faz é o avalista.



Tendo feito o pagamento, o avalista tem direito de regresso contra o avalizado, exigindo o ressarcimento dos valores pagos.



Portanto, a alternativa correta é a letra A, pois a dívida poderá ser cobrada do avalista, e este terá direito de regresso contra o devedor.

Gabarito: A



3) É permitida a concessão de carta de fiança:

- a) Sem data de vencimento.
- b) Em moeda estrangeira, independentemente de a operação ser destinada a comércio interno ou exterior.
- c) Vinculada à aquisição de terreno destinado a uso próprio.
- d) A diretores do banco.
- e) A pessoas físicas que detenham mais de 10% do capital do banco.

Comentários:

Relembrando o que vimos em aula, é vedada a concessão de carta de fiança:

- que não tenha perfeita caracterização em moeda nacional e vencimento definido;
- em moeda estrangeira ou que envolva o risco de taxas de câmbio;
 - exceto quando se tratar de operações ligadas ao comércio exterior.
- vinculadas, por qualquer forma, à aquisição de terrenos que não se destinem a uso próprio;
- à diretoria do banco e membros dos conselhos consultivos e de administração, fiscais e semelhantes, bem como aos cônjuges e aos parentes, até segundo grau;
- às pessoas físicas ou jurídicas participem do capital do banco com mais de 10%;
- às pessoas físicas de cujo capitais participem com mais de 10% quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes.

Portanto, o gabarito é a letra C, pois é vedada a concessão de carta fiança para terrenos que não se destinem a uso próprio.

Gabarito: C

4) Acerca do penhor mercantil, assinale a alternativa correta.

- a) É aplicável a bens móveis e imóveis.
- b) É considerado uma garantia pessoal.
- c) Independentemente de a venda do bem ser suficiente para a quitação da dívida, tão logo o bem seja alienado, é liquidada a obrigação do devedor.
- d) As coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guardar e conservar.
- e) O Código Civil veda o penhor de animais.



Comentários:

Letra A - Errado, pois o penhor mercantil usa em garantia coisa móvel e suscetível de alienação.

Letra B - Errado, porque é considerado garantia real, tendo em vista que dá bens em garantia.

Letra C - Errado, porque se a venda do bem não for suficiente para a quitação da dívida, o devedor continua obrigado ao pagamento do restante.

Letra D - Certo.

Letra E - Errado, também podem ser objeto de penhor os animais utilizados na indústria, os produtos da suinocultura, os animais destinados à industrialização de carnes e derivados.

Gabarito: D

5) Assinale a alternativa incorreta a respeito da hipoteca.

- a) A hipoteca abrange todas as acessões, melhoramentos ou construção do imóvel.
- b) Na hipoteca, em caso de inadimplência, a execução da garantia demanda ação judicial.
- c) A hipoteca pode prever cláusula que proíba a alienação do imóvel hipotecado.
- d) É possível hipotecar bens móveis, como navios e aeronaves.
- e) É possível que sejam hipotecados bens de propriedade de terceiros.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra C, pois é nula a cláusula que proíba a alienação do imóvel hipotecado.

Todas as demais alternativas apresentam características da hipoteca e da alienação fiduciária, estão corretas e servem como revisão.

Gabarito: C

6) Assinale a alternativa incorreta a respeito da alienação fiduciária.

- a) Tem execução mais lenta do que a hipoteca.
- b) Enquanto servir de garantia para a operação, a propriedade do bem é de titularidade do credor.
- c) A propriedade do imóvel é resolúvel, pois já nasce com data de encerramento.
- d) Não exige ação judicial para a execução da garantia.
- e) Se a venda de um bem alienado fiduciariamente não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. Todavia, havendo sobra, o saldo será entregue ao devedor.



Comentários:

A alternativa incorreta é a letra A, pois como não há necessidade de demanda judicial para execução da dívida, ela é muito mais rápida do que a da hipoteca.

A propriedade do imóvel é resolúvel, pois ela é do credor, mas já nasce com data para encerramento, que é a da quitação, momento em que a propriedade passa o nome de quem era o devedor.

Em relação à alternativa E, essa é a regra geral, prevista no Código Civil. Contudo, no caso da alienação fiduciária de bens imóveis há uma regra diferente, que é a extinção da dívida após a alienação por meio de leilão.

Gabarito: A

7) Suponha que na alienação fiduciária de um bem imóvel o fiduciante não tenha pago a dívida, a qual tenha se constituído em mora, tendo sido consolidada a propriedade e nome do fiduciário. O valor de avaliação do imóvel é de R\$ 450 mil, e o valor total da dívida e demais despesas de R\$ 350 mil. Foi realizado um primeiro leilão em que não houve sucesso. Posteriormente, no segundo leilão, o imóvel foi arrematado por R\$ 300 mil. Nesse caso:

- O fiduciário continuará obrigado ao pagamento dos R\$ 50 mil restantes.
- O arrematante deverá pagar os R\$ 50 mil restantes.
- A obrigação pelos R\$ 50 mil restantes será dividida entre o fiduciário e o arrematante.
- O fiduciário continuará obrigado ao pagamento dos R\$ 50 mil restantes, sendo o arrematante responsável solidário pela quitação.
- A dívida se extingue.

Comentários:

No caso da alienação fiduciária de bem imóvel, a dívida se extingue após o arremate, sendo, portanto, a letra E o gabarito da questão. Na aula trouxemos o tema de forma esquematizada, mas vamos aproveitar esta questão para ver a literalidade da Lei nº 9.514/97:

Art. 27. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de trinta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do artigo anterior, **promoverá público leilão para a alienação do imóvel.**

§ 1º Se no primeiro leilão público o maior lance oferecido for inferior ao valor do imóvel, estipulado na forma do inciso VI e do parágrafo único do art. 24 desta Lei, será realizado o segundo leilão nos quinze dias seguintes.



§ 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais.

§ 2º-A. Para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, as datas, horários e locais dos leilões serão comunicados ao devedor mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.

§ 2º-B. Após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado aos encargos e despesas de que trata o § 2º deste artigo, aos valores correspondentes ao imposto sobre transmissão inter vivos e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo, também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, de que trata este parágrafo, inclusive custas e emolumentos.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - dívida: o saldo devedor da operação de alienação fiduciária, na data do leilão, nele incluídos os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais;

II - despesas: a soma das importâncias correspondentes aos encargos e custas de intimação e as necessárias à realização do público leilão, nestas compreendidas as relativas aos anúncios e à comissão do leiloeiro.

§ 4º Nos cinco dias que se seguirem à venda do imóvel no leilão, **o credor entregará ao devedor a importância que sobejar, considerando-se nela compreendido o valor da indenização de benfeitorias, depois de deduzidos os valores da dívida e das despesas e encargos de que tratam os §§ 2º e 3º, fato esse que importará em recíproca quitação**, não se aplicando o disposto na parte final do art. 516 do Código Civil.

§ 5º Se, no segundo leilão, o maior lance oferecido não for igual ou superior ao valor referido no § 2º, considerar-se-á extinta a dívida e exonerado o credor da obrigação de que trata o § 4º.

§ 6º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, o credor, no prazo de cinco dias a contar da data do segundo leilão, dará ao devedor quitação da dívida, mediante termo próprio.



§ 7º Se o imóvel estiver locado, a locação poderá ser denunciada com o prazo de trinta dias para desocupação, salvo se tiver havido aquiescência por escrito do fiduciário, devendo a denúncia ser realizada no prazo de noventa dias a contar da data da consolidação da propriedade no fiduciário, devendo essa condição constar expressamente em cláusula contratual específica, destacando-se das demais por sua apresentação gráfica.

§ 8º Responde o fiduciante pelo pagamento dos impostos, taxas, contribuições condominiais e quaisquer outros encargos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, cuja posse tenha sido transferida para o fiduciário, nos termos deste artigo, até a data em que o fiduciário vier a ser imitido na posse.

§ 9º O disposto no § 2º-B deste artigo aplica-se à consolidação da propriedade fiduciária de imóveis do FAR, na forma prevista na Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009.

Gabarito: E

8) Assinale a alternativa incorreta a respeito do Fundo Garantidor de Crédito (FGC):

- a) É uma associação civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica de direito privado.
- b) Pode exercer funções públicas por delegação do Banco Central do Brasil.
- c) É normatizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Atualmente, garante em até R\$ 250.000,00 o valor total de créditos por pessoa física ou jurídica contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas ao mesmo conglomerado financeiro.
- e) O total de créditos de cada credor contra o conjunto de todas as instituições associadas será garantido até o valor de R\$ 1.000.000,00 para cada período de quatro anos consecutivos.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra B, pois ao FGC é vedado exercer qualquer função pública, ainda que por delegação.

Todas as demais são corretas e servem como revisão.

Gabarito: B



9) Assinale abaixo o título que possui garantia do Fundo Garantidor do Crédito (FGC):

- a) Títulos públicos federais
- b) Debêntures
- c) Cotas de fundos de investimento
- d) Depósitos judiciais
- e) Letras de câmbio

Comentários:

Dentre os itens acima, os únicos que possuem garantia do FGC são as Letras de Câmbio. Relembre os títulos garantidos e os não garantidos.

- Objetos de garantia:
 - Depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
 - Depósitos de poupança;
 - Depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
 - Depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques, destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
 - Letras de câmbio;
 - Letras hipotecárias;
 - Letras de crédito imobiliário;
 - Letras de crédito do agronegócio;
 - Operações compromissadas que tenham como objeto títulos emitidos após 08/03/2012.
- Alguns dos principais casos em que **não há garantia do FGC**:
 - Depósitos captados de residentes no exterior;
 - Depósitos judiciais;
 - Títulos públicos federais;
 - Debêntures;
 - Cotas de fundos de investimento;
 - Créditos de titularidade de instituições financeiras.

Gabarito: E

10) Assinale abaixo o ativo que não possui garantia do Fundo Garantidor do Crédito (FGC):

- a) Depósitos em poupança.
- b) Depósitos à vista.
- c) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).
- d) CDB's.
- e) Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

Comentários:

A única alternativa que traz um ativo não coberto pelo FGC é CRI.

CRI e CRA não são emitidos por instituições financeiras, mas títulos de dívida emitidos por empresas em geral. Portanto, não estão sujeitos à garantia do FGC.

Gabarito: C

11) Assinale a alternativa que corresponde às três etapas da lavagem de dinheiro:

- a) Crime, recebimento de valores e integração ao sistema econômico.
- b) Colocação, ocultação e integração.
- c) Recebimento, investimento e saque.
- d) Corrupção, omissão das autoridades e inteligência financeira.
- e) Colocação, omissão e investimento.

Comentários:

A alternativa correta é a letra B. Conforme vimos em aula, as três etapas da lavagem de dinheiro são:

1º) Colocação – Consiste em introduzir o dinheiro ilegal no sistema econômico.

2º) Ocultação – Passa por várias contas com o objetivo de dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos.

3º) Integração – Os ativos são incorporados formalmente ao sistema econômico.

Gabarito: B



12) Não incorre na mesma pena de quem comete crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores quem:

- a) Convertê-los em ativos lícitos para ocultar a sua origem proveniente de infração penal.
- b) Recebe valores provenientes de infração penal a fim de ocultar sua origem.
- c) Administra instituição financeira na qual são depositados os valores oriundos de infrações penais.
- d) Utiliza na sua atividade econômica bens provenientes de infração penal.
- e) Participa de escritório do qual tem conhecimento de que suas atividades secundárias estão relacionadas à ocultação de valores oriundos de infração penal.

Comentários:

O gabarito é a letra C, pois não incorre na pena de crime de lavagem de dinheiro quem administra a instituição financeira em que são depositados os recursos oriundos de infração penal. As instituições devem adotar várias salvaguardas e seguir diversas normas para evitar o seu uso para fins de lavagem de dinheiro, todavia, muitas vezes esse uso é inevitável, de forma que seria desproporcional punir os administradores pelo crime de lavagem de dinheiro.

As demais alternativas trazem situações previstas na Lei nº 9.613/98:

Art. 1º §1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

Gabarito: C



13) São infrações penais antecedentes ao crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, exceto:

- a) Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.
- b) Terrorismo.
- c) Extorsão mediante sequestro.
- d) Corrupção.
- e) Atualmente não há exceção, podendo qualquer infração penal ser antecedente ao crime.

Comentários:

Inicialmente, havia um rol com infrações penais que eram consideradas antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro. Em 2012, houve alteração da Lei, que passou a entender que qualquer infração penal serve como antecedente ao crime.

*Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores **provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal**.*

Portanto, o gabarito é a letra E.

Gabarito: E

14) São sanções aplicáveis às instituições sujeitas aos mecanismos de controle previstos na Lei nº 9.613/98 que não cumpram as obrigações previstas na Lei, exceto:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Inabilitação temporária ao administrador para o cargo de administrador de empresas sujeitas aos mecanismos de controle.
- d) Intervenção judicial na empresa por meio de administrador designado.
- e) Cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

Comentários:

O gabarito é a letra E, pois a Lei não prevê a intervenção judicial como penalidade aplicável pelo descumprimento dos mecanismos legais previstos, os quais são:

Art. 12. Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

I - advertência;



II - multa pecuniária variável não superior:

- a) ao dobro do valor da operação;
- b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou
- c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

III - inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

IV - cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

Gabarito: D

15) Assinale a alternativa correta a respeito da lavagem de dinheiro:

- a) Sujeitam-se aos mecanismos de controle previstos na Lei nº 9.613/98 apenas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- b) A pena será duplicada se os crimes forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- c) Para que uma pessoa possa ser condenada pelo crime de lavagem de dinheiro, ela deve ter sido condenada pela infração penal antecedente.
- d) A Lei nº 9.613/98 prevê um rol taxativo de crimes antecedentes aos quais é aplicável a lavagem de dinheiro.
- e) A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Comentários:

Letra A - Errada. A Lei prevê um rol amplo de pessoas sujeitas aos mecanismos de controle, que vai muito além dos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como, por exemplo, pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis, que comercializem metais preciosos, bens de luxo, assim como as juntas comerciais e registros públicos, dentre outros.

Letra B - Errada. A pena será aumentada de 1/3 a 2/3 se os crimes forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

Letra C - Errada. Não há esta vinculação, pois o crime de lavagem de dinheiro é autônomo em relação à infração penal antecedente.



Letra D - Errada. Até 2012 havia um rol taxativo. Todavia, ele foi revogado, e atualmente qualquer infração penal pode ser antecedente de lavagem de dinheiro.

Letra E - Correta. Nos exatos termos da Lei:

"Art. 1º §5º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime."

Gabarito: E

16) O órgão que busca produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e tem entre as suas finalidades examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98, é o(a):

- a) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- b) Polícia Federal.
- c) Banco Central do Brasil.
- d) Controladoria Geral da União.
- e) Tribunal de Contas da União.

Comentários:

O enunciado traz a missão institucional e uma das finalidades do COAF, que é o órgão criado para atuar contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A

17) Nos termos da Circular nº 3.978/2020, a partir de qual valor os saques devem ser registrados com informações sobre o nome e o CPF ou o CNPJ do destinatário, o CPF do portador dos recursos e a finalidade do saque.

- a) R\$ 2.000
- b) R\$ 5.000
- c) R\$ 10.000
- d) R\$ 50.000
- e) R\$ 100.000



Comentários:

A alternativa correta é a letra D, pois os saques partir de R\$ 50.000 devem possuir essas informações. Este valor de R\$ 50k é um valor-chave na Circular, pois a partir dele há requisitos especiais tanto para depósito como para saque.

Gabarito: D

18) Suponha que ao verificar as contas abertas durante uma semana, o gerente de uma agência observa algo curioso. Foram abertas doze contas correntes para doze pessoas diferentes, todavia, todas elas possuíam o mesmo telefone para contato e o mesmo endereço, sendo que o titular de uma delas era ainda procurador de outras quatro dessas contas abertas. Notou-se ainda, que todas as contas receberam depósitos iniciais que variaram entre R\$ 9.000,00 e R\$ 9.900,00. Nos termos da Carta Circular nº 4.001/2021, a conduta supracitada caracteriza uma situação relacionada com:

- a) Identificação e qualificação dos clientes.
- b) Operações em espécie em moeda nacional.
- c) Operações de investimento interno.
- d) Operações de crédito no País.
- e) Pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas.

Comentários:

Trata-se de uma das situações relacionadas à identificação e qualificação de clientes:

"III - situações relacionadas com a identificação e qualificação de clientes:

f) cadastramento de várias contas em uma mesma data, ou em curto período, com depósitos de valores idênticos ou aproximados, ou com outros elementos em comum, tais como origem dos recursos, titulares, procuradores, sócios, endereço, número de telefone, etc.;"

Perceba que não era necessário decorar todo aquele rol trazido na Carta Circular, bastava interpretar o enunciado e fazer a associação pela lógica. As questões da Carta Circular antiga sempre vinham dessa forma.

Gabarito: A

19) Nos termos da Carta Circular nº 4.001/2021, são operações relacionadas com operações em espécie em moeda nacional com a utilização de contas de depósitos ou de contas de pagamento, exceto:

- a) Depósitos e saques que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira.
- b) Incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil.
- c) Fragmentação de depósitos a fim de dissimular o valor total da movimentação.
- d) Depósitos em espécie em contas de clientes que exerçam atividade comercial relacionada com negociação de bens de luxo.
- e) Depósitos em espécie relevantes em contas de Pessoas Expostas Politicamente.

Comentários:

O gabarito é a letra B, pois a incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil trata-se de uma situação relacionada à identificação e qualificação de clientes.

Gabarito: B

20) A autorregulação ocorre quando os próprios participantes do mercado instituem regras de conduta e fiscalizam a sua aplicação. No Brasil, qual é a instituição responsável pela autorregulação bancária?

- a) Banco Central do Brasil.
- b) Conselho Monetário Nacional.
- c) Anbima.
- d) Febraban.
- e) Sindicato dos Bancários.

Comentários:

No Brasil, a autorregulação bancária é realizada pela Febraban, portanto, a alternativa correta é a letra D.

O Bacen e o CMN fazem parte do escopo normativo/supervisor, portanto, não entram no conceito de autorregulação.

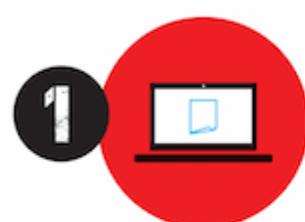
A Anbima, por sua vez, também é uma instituição de autorregulação, todavia, do mercado de capitais (do qual a maior parte dos bancos também participa).

Gabarito: D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.